

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

REQUERIMENTO Nº ,DE 2011 - AUDIÊNCIA PÚBLICA (Do Sr. Jânio Natal)

Requer a realização de Audiência Pública para tratar de graves irregularidades apontadas em diversos órgãos da mídia nacional na construção do metrô de Salvador-BA.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública para tratar graves irregularidades apontadas em diversos órgãos da mídia nacional na construção do Metrô de Salvador, que ganhou o singelo apelido de “**METRÔ CALÇA CURTA**”. Solicito que sejam convidados a comparecer, o Secretário Executivo do Ministério dos Transportes em nome do Ministro, Secretário dos Transportes do município de Salvador, em nome do Prefeito, Secretário da fazenda do município de Salvador, Empresas envolvidas na Construção civil e demais instalações, empresa fornecedora dos vagões (Metrô) e locatário dos galpões locados para armazenagem dos vagões, membro do Ministério Público Federal, membro da Corregedoria Geral da União, membro do Tribunal de Contas da União e o Engenheiro Pietro Bianchi.

JUSTIFICAÇÃO

Em 1999 foi realizada licitação para construção do metrô de Salvador. O projeto inicial previa 41 km de Extensão, e custo total estimado em 1 bilhão de reais. A construção do 1º trecho que deveria ser de 12 km foi reduzido para 6,5 Km, com custo de mais de 1 bilhão de reais, ou seja, foi gasto o valor superior ao previsto com 41 Km em trecho de apenas 6,5 Km.

O pior de tudo é que o sistema não está funcionando e não tem data real de funcionamento, alem de tudo, esta pagando hoje o valor de R\$ 80.000,00 por mês de aluguel para abrigar os vagões.

Como se não bastasse, hoje perceberam que o metrô não é economicamente viável, cuja passagem para cobrir os custos operacionais poderá custar entre 10 e 15 reais, valor inviável para a população. Caso os governos Municipal, Estadual ou Federal, não subsídien tal sistema, continuaremos no mesmo.

Tais absurdos têm servido, diariamente, de publicidades negativas contra o estado da Bahia e em especial à sua Capital Salvador. A Corregedoria Geral da União e o Tribunal de Contas da União já se pronunciaram por diversas vezes apontando inúmeras irregularidades, a exemplo de indícios de fraudes, superfaturamento e propinas para agentes políticos.

Sala das Comissões, de de 2011

Deputado Jânio Natal

PRP/BA